



MEMORANDO

ASSUNTO: UMA POLÍTICA ESPACIAL PARA A DEFESA DA EUROPA

1. Documento EuroDefense

Um Grupo de Trabalho Europeu, no qual Portugal participou, no âmbito das Associações EuroDefense, elaborou durante o ano de 2004 um documento de síntese sobre “Uma Política Espacial para a Defesa da Europa”. Este documento foi aprovado durante a reunião de Presidentes das Associações EuroDefense que teve lugar no Luxemburgo em 18/19 de Março de 2005.

Este documento aborda a importância do espaço para a segurança e a defesa da Europa, mas contém implícitas as seguintes considerações:

- Em geral as aplicações do espaço têm duplo uso (militar e civil) e por isso interessa conjugar estas duas vertentes de modo a rentabilizar ao máximo os investimentos muito elevados que os sistemas espaciais exigem;
- Mesmo as aplicações civis do espaço são estratégicas porque conferem a quem as possui significativas vantagens científicas, tecnológicas e económicas;
- Os elevados custos dos sistemas espaciais conduziram os países europeus a participarem conjuntamente no seu desenvolvimento;
- O investimento em sistemas espaciais constitui um motor de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial que nenhum país pode descurar.

2. A Situação em Portugal

Em Portugal o desenvolvimento do sector espacial encontra-se muito atrasado relativamente a todos os nossos parceiros da Europa dos 15 e também em relação a alguns outros da Europa dos 25.

As diferentes Comissões, Grupos de Trabalho e Estudos que foram activados nos últimos trinta e cinco anos, pouco ou nada produziram em acções e resultados concretos, assim como múltiplos projectos apresentados não passaram da fase do papel.

Desde a Comissão de Estudos do Espaço Exterior criada em 1970, passando pela Comissão Especializada do Espaço – CCTD/MDN em 1991, pelo Programa Nacional das Ciências e Tecnologias do Espaço – MDN em 1993, do Grupo de Trabalho para as Actividades de Ciência e Tecnologia Aeroespaciais – MCT em 1997, pouco ou nada resultou em concreto.

Da mesma forma, excluindo o PoSAT 1 (1993), outros projectos como o PoSAT 2 (1993), o NETSAT, o SISAT (1997) e a constituição de uma plataforma de indústria aeroespacial liderada pela Empordef, que criou uma empresa, a Portugal Space (2000), nunca foram concretizados.

Actualmente a liderança do sector pertence ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior e concentra-se no Gabinete Português para o Espaço que na orgânica do Ministério pertence ao GRICES – Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior, o que evidencia a pouca importância que o sector merece aos poderes públicos.

Tal como se constata na orientação do “Livro Branco para a Ciência e Tecnologia do Espaço” o esforço nacional centra-se mais na formação, nos estudos, na investigação e na participação em organizações internacionais do que na realização de projectos industriais que a nosso ver deveriam suportar as acções referidas e ser prioritários.

Na actual estratégia nacional de I&DT para o espaço (MCES), objectivos para 2008 refere-se:

“que o investimento público no Espaço se traduza em retornos industriais, científicos e operacionais significativos”

o que, do nosso ponto de vista, é o mais importante .

No Livro Branco está expresso:

“O sector espacial é entre outros o que oferece o mais elevado benefício em termos científicos, tecnológicos e económicos, propiciando a criação de emprego altamente qualificado, directo e indirecto, de alto valor acrescentado.”

Contudo, na situação de atraso em que nos encontramos, torna-se necessário acentuar o esforço na área industrial, mas esse esforço tem de ser também financeiro e suportado em larga medida pelo Estado, como acontece em todos os países desenvolvidos.

Nesses países o Ministério da Defesa é um dos principais dinamizadores da actividade industrial ligada à exploração do espaço e este documento EuroDefense sugere em concreto projectos e acções nas quais o nosso MDN pode participar. A intervenção do MDN é extremamente importante por ser uma forma de privilegiar a participação da indústria nacional, sem obrigatoriedade de realizar concursos internacionais.

Por outro lado, os projectos com interesse para a Defesa, podem ter aplicações de duplo uso e contribuem para o desenvolvimento de tecnologias de ponta com um espectro largo de aplicações.

Refere o Livro Branco que, em termos globais, cerca de 75% dos programas espaciais são financiados e controlados pelos Estados. Assim sendo, quais são os grandes projectos que o Estado pretende lançar? Qual o nível de investimento financeiro do Estado que lhes está associado? Qual é o incremento na produção de emprego e no aumento da riqueza produzido pelo programa?

Sem iniciativas deste âmbito por parte do Estado, é muito difícil mobilizar a Indústria e levá-la a preparar-se para participar num mundo de competitividade extrema.

Podemos, assim, entender que o Planeamento Financeiro Plurianual do Programa Nacional do Espaço se nos afigura extremamente reduzido tendo em conta a situação, o

atraso em que nos encontramos, as necessidades, as oportunidades, a prioridade e a importância que este Programa deve ter para o País.

3. Conclusões

O espaço é estratégico pela vantagem que quem dominar a sua utilização detém em relação aos outros, pelo enorme progresso científico e tecnológico que a sua exploração provocou e continuará a provocar e também pela utilidade e pelos benefícios que o seu uso proporciona.

Portugal não pode isoladamente desenvolver a tecnologia espacial e por isso tem de se associar aos outros. A investigação científica ligada ao espaço e a nossa participação na Agência Espacial Europeia são importantes, mas tão importante ou mais é possuir capacidade tecnológica e industrial que permita obter as mais valias resultantes.

A nossa indústria que encontra dificuldades em competir nas áreas tradicionais, necessita de desenvolver conhecimento e fazer o “up-grade” para áreas tecnológicas de ponta como aquelas que a exploração do espaço pode proporcionar.

Os novos programas ligados ao espaço que a Política Europeia de Segurança e Defesa pretende concretizar e nos quais Portugal pode participar, assim como as necessidades das nossas Forças Armadas ligadas a possíveis intervenções no exterior, no quadro das Nações Unidas, da UE, da NATO ou dos PALOP, constituem oportunidades que poderiam ser aproveitadas para desenvolver a nossa capacidade espacial.

As necessidades civis ligadas ao espaço são imensas (redes de comunicações, previsão meteorológica, detecção remota, cartografia, controlo de poluição, culturas agrícolas, sistemas de posicionamento) e se não participarmos na sua construção temos de as pagar.

De qualquer forma o Estado tem de ser o maior contribuinte na execução dos programas espaciais.

Em conclusão, o espaço terá de ser considerado uma prioridade nacional e para isso é necessária a manifestação de uma clara e forte vontade política.

Abril de 2005
EuroDefense-Portugal